

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO,
APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO
Programa de estudos pós-graduados em Língua Portuguesa

BEATRIZ ARONCHI CRUZ

ANÁLISE DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS EM UMA
CRÔNICA DE ANTONIO PRATA SOBRE O
POLITICAMENTE (IN)CORRETO

SÃO PAULO
2016

BEATRIZ ARONCHI CRUZ

ANÁLISE DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS EM UMA
CRÔNICA DE ANTONIO PRATA SOBRE O
POLITICAMENTE (I)NCORRETO

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aparecida Regina Borges Sellan.

SÃO PAULO
2016

BANCA EXAMINADORA

Aos meus mestres e aos meus amores.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vagner e Rozelis, por todo o apoio e incentivo que sempre me deram para que eu me dedicasse aos estudos. Obrigada por me ensinarem a valorizar (e amar) o conhecimento.

Ao Thiago, agradeço pelo companheirismo, pela paciência e pela disposição em ouvir, tanto nos momentos de êxtase como nos de desânimo.

Às queridas amigas Carolina, Thais e Bárbara, obrigada pela disponibilidade, boa vontade e pelas preciosas orientações quando eu não sabia nem por onde começar.

À Câmara Brasileira do Livro e à Biblioteca Mário de Andrade, a primeira por promover e a segunda por sediar o evento em que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o Antonio Prata, autor que tanto admiro.

Ao Antonio, agradeço por ter sorrido quando eu contei que analisaria uma de suas crônicas neste trabalho. A sua aceitação foi muito significativa e serviu de grande incentivo para que eu realizasse este desafio.

À Ingedore Koch, sou imensamente grata por todos os ensinamentos transmitidos por meio de seus livros e por ser uma inspiração constante.

Por fim, agradeço especialmente à querida professora e orientadora Regina pela paciência, disponibilidade, disposição e boa vontade. Obrigada por ter aceitado este desafio sem titubear, por me mostrar, com tanta prontidão e clareza, o caminho em uma estrada que eu desconhecia completamente. Suas explicações e orientações foram essenciais para que eu conseguisse realizar este trabalho.

Cheguei a vocês sem chão e vejam só onde estamos agora!

Se aceitamos como verdade que não existem textos neutros, que há sempre alguma intenção ou objetivo da parte de quem produz um texto, e que este não é jamais uma “cópia” do mundo real, pois o mundo é recriado no texto através da mediação de nossas crenças, convicções, perspectivas e propósitos, então somos obrigados a admitir que existe sempre uma argumentatividade subjacente ao mundo da linguagem.

(Ingedore Villaça Koch e Luiz Carlos Travaglia, 2011)

RESUMO

Os operadores argumentativos costumam ser alvo de estudo em textos de teor tradicionalmente argumentativo. Neste trabalho, estudou-se seu funcionamento em uma crônica, gênero amplo cuja intencionalidade primeira não é essencialmente argumentar. Além de contribuir com os estudos linguísticos acerca desse tema, este trabalho tem como objetivo: 1) demonstrar como os operadores argumentativos colaboram para a construção da argumentatividade e dos sentidos na crônica “PC”, de Antonio Prata e 2) verificar se é possível identificar a posição ideológica do enunciador a partir da análise dos operadores argumentativos presentes no texto selecionado. Para tanto, adotou-se as perspectivas da Análise do Discurso de linha francesa e da Linguística Textual, levando em conta as condições de produção do discurso, as formações discursivas e as formações ideológicas do sujeito. Utilizou-se também o conceito desenvolvido por Ducrot a respeito dos operadores argumentativos, que são considerados marcas linguísticas da enunciação responsáveis por indicar a força argumentativa dos enunciados e o sentido para o qual apontam. Estabeleceu-se o referencial teórico após a definição do *corpus*, a realização de pesquisa bibliográfica e a leitura dos textos selecionados. Em seguida, traçou-se uma breve trajetória do gênero crônica e esboçou-se um perfil de Antonio Prata, autor do texto selecionado para estudo. A análise dos operadores argumentativos realizou-se em quatro etapas: 1) definição do contexto histórico no qual se insere a crônica estudada; 2) identificação e classificação dos operadores argumentativos presentes no texto; 3) análise dos operadores argumentativos sob a perspectiva da Linguística Textual; 4) interpretação sob a perspectiva da Análise do Discurso. Nas considerações finais, averiguou-se que os objetivos foram alcançados por meio da demonstração e da análise desenvolvidas. Os operadores argumentativos não só são essenciais para a construção dos sentidos do texto e manifestam sua argumentatividade, mas também possibilitam identificar a posição ideológica do sujeito, uma vez que este constitui-se no discurso. Ressaltou-se ainda que a argumentatividade é inerente à linguagem e destacou-se a importância de uma nova abordagem no ensino de língua portuguesa para a formação de usuários da língua mais proficientes, críticos e conscientes.

Palavras-chave: Crônica. Operadores argumentativos. Linguística Textual. Análise do Discurso.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apresentação dos operadores argumentativos

Tabela 2 – Ideias associadas ao politicamente incorreto e ao politicamente correto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 A Linguística Textual	11
1.1.1 <i>Princípios de construção textual do sentido</i>	14
1.1.2 <i>Objetos de estudo: os operadores argumentativos</i>	15
1.2 A Análise do Discurso	19
1.2.1 <i>Conceitos-chave</i>	20
2 A CRÔNICA E O CRONISTA	23
2.1 A crônica: da história ao cotidiano	23
2.2 O cronista: Antonio Prata	27
3 ANÁLISE	29
3.1 Contextualização histórica	29
3.2 Apresentação dos operadores argumentativos	31
3.3 Análise dos operadores argumentativos sob a perspectiva da Linguística Textual	32
3.4 Interpretação sob a perspectiva da Análise do Discurso	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
ANEXO A	53

INTRODUÇÃO

A linguística do discurso teve origem por volta dos anos 60 e, desde então, ocupa-se “das manifestações linguísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção” (KOCH, 2015a, p.9). Nessa perspectiva, a linguagem é vista como “*lugar de interação* que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos” (KOCH, 2015a, p.7-8).

Desse modo, começaram a ser desenvolvidos nas áreas da Linguística Textual e da Análise do Discurso estudos que analisam tanto a materialidade linguística quanto os aspectos exteriores à estrutura da língua a fim de compreender, essencialmente, como são construídos os sentidos dos textos.

No Brasil, no que diz respeito a textos escritos, estudos desse tipo têm sido voltados, em sua maioria, a gêneros tradicionalmente argumentativos e persuasivos, como artigos de opinião e editoriais veiculados em diversos meios de comunicação, além de peças publicitárias. No entanto, acreditamos ser essencial perceber que gêneros discursivos que não têm o objetivo primeiro de convencer ou persuadir também apresentam força argumentativa e posicionamento ideológico. Não raro, esses aspectos passam despercebidos em tais textos, talvez como resultado de uma leitura descompromissada, desatenta ou apenas ingênua.

Consideramos importante o estudo e a percepção dos processos de construção dos sentidos (especialmente no que diz respeito à argumentatividade e à posição ideológica) em gêneros que não possuem a intenção primeira de expor e propagar uma ideologia, ou seja, que não são primordialmente argumentativos. Destacamos que, ao mencionar a *intenção*, referimo-nos especificamente à intencionalidade característica de cada gênero. É importante ressaltar que partimos do princípio de que, como afirma Koch ao mencionar Ducrot, a argumentatividade está inscrita na própria língua (KOCH, 2015a, p.29), independentemente da intencionalidade do discurso. Nas palavras de Koch e Travaglia (2011, p.98): “A argumentatividade manifesta-se nos textos por meio de uma série de marcas ou pistas que vão orientar os seus enunciados no sentido de determinadas conclusões, isto é, que vão determinar-lhes a orientação argumentativa”.

Escolhemos o gênero crônica para realizar nosso estudo e selecionamos o texto “PC”, de Antonio Prata. Nosso objetivo geral é contribuir com os estudos

linguísticos acerca do funcionamento dos operadores argumentativos e adotamos como objetivos específicos: 1) demonstrar que os operadores argumentativos contribuem para a construção da argumentatividade e dos sentidos no texto selecionado e 2) verificar se é possível identificar a posição ideológica do enunciador a partir da observação e análise dos operadores argumentativos empregados na crônica estudada.

Para isso, adotamos as perspectivas da Análise do Discurso de linha francesa e da Linguística Textual, levando em conta as formações discursivas e ideológicas do sujeito que enuncia, assim como as condições de produção do discurso. Utilizamos o conceito de operadores argumentativos desenvolvido por Ducrot, que os considera marcas linguísticas da enunciação responsáveis por indicar a força argumentativa dos enunciados, assim como o sentido para o qual apontam (apud KOCH, 2015a).

Na primeira etapa do trabalho, definimos o *corpus* a ser analisado, fizemos uma pesquisa bibliográfica e realizamos a leitura de textos teóricos selecionados. Em seguida, definimos com quais autores e conceitos trabalharíamos acerca dos operadores argumentativos. Uma vez estabelecido o referencial teórico, partimos para o estudo do gênero crônica e do autor Antonio Prata. Em seguida, realizamos a análise dos operadores argumentativos presentes no texto, que consistiu nas seguintes etapas: 1) definição do contexto histórico no qual se insere a crônica estudada; 2) identificação e classificação dos operadores argumentativos presentes no texto; 3) análise dos operadores argumentativos sob a perspectiva da Linguística Textual; 4) interpretação sob a perspectiva da Análise do Discurso. Por fim, realizamos a elaboração das considerações finais para constatar se nossos objetivos iniciais foram alcançados.

Desse modo, no Capítulo 1 deste trabalho, apresentamos e detalhamos os fundamentos teóricos nos quais baseamos nossa análise. No Capítulo 2, traçamos uma breve trajetória da crônica como gênero textual e apontamos algumas possibilidades de classificação, além de esboçar um perfil de Antonio Prata, o autor da crônica estudada. Finalmente, no Capítulo 3, apresentamos a análise dos operadores argumentativos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, faremos algumas considerações essenciais para fundamentar nossa análise, que será baseada em elementos da Linguística Textual e da Análise do Discurso.

1.1 A Linguística Textual

Antes do desenvolvimento dos estudos da Linguística Textual na segunda metade da década de 60, o texto era concebido, basicamente, como uma unidade linguística superior à sentença, uma sequência coerente de enunciados. Os estudos linguísticos centravam-se nos fenômenos sintático-semânticos presentes em enunciados e sequências de enunciados (a análise transfrástica, da frase para o texto), assim como nos recursos de coesão textual, a qual, até então, englobava o conceito de coerência. Nesse momento, não havia distinção nítida entre os fenômenos ligados a cada uma delas e ambas eram vistas como meras propriedades ou características do texto.

Partindo dessa visão, os linguistas – especialmente os de orientação estruturalista, gerativista e funcionalista – sentiram necessidade de criar gramáticas do texto para apresentar os princípios de constituição de um texto em determinada língua, visto que as gramáticas de frase não davam conta de explicar certos fenômenos linguísticos. Isso significa que o texto passou a ser o ponto de partida da análise e, por meio da segmentação de suas partes, pretendia-se identificá-las e classificá-las. Os teóricos não deixavam de considerar que era essencial levar em conta também um componente semântico nas análises, pois, segundo Koch (2015b, p.25):

À semântica do texto cabe explicar a representação da estrutura do significado de um texto ou de um segmento deste, particularmente as relações de sentido que vão além do significado das frases tomadas isoladamente.

A partir da segunda metade da década de 70, ganham corpo as Teorias do Texto e consolida-se a virada pragmática. Houve a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica, já que o texto passou a ser visto como a unidade básica da comunicação e da interação humana e, portanto, passou-se a estudar a produção e a recepção de textos que funcionam comunicativamente.

A perspectiva pragmática adota teorias de base comunicativa (como a Teoria dos Atos de Fala e a Teoria da Atividade Verbal) e contextual. Ambos os modelos buscam regras que determinam conexões entre um texto e seu contexto comunicativo-situacional, tomando como ponto de partida sempre o próprio texto. A língua não é mais pesquisada como um sistema autônomo, pois a atenção volta-se para o seu funcionamento nos processos comunicativos da sociedade. Os textos não são mais vistos como meras sequências de enunciados, como produtos acabados que devem ser analisados sintática ou semanticamente, mas são considerados “elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumentos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante” (KOCH, 2015b, p.27).

Segundo tal perspectiva pragmático-enunciativa, o aspecto pragmático é determinante do sintático e do semântico, pois a relação que existe entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante. Dessa forma, amplia-se, por exemplo, o conceito de coerência: ela não é mais considerada apenas uma propriedade do texto, mas admite-se que se constrói em uma situação de interação levando em conta fatores de ordem linguística, cognitiva, sociocultural e interacional. Consequentemente, atualiza-se também a visão a respeito do papel do ouvinte, que não mais se limita a “entender” o texto, como se fosse algo pronto, mas precisa reconstruir os propósitos comunicativos do falante. Sobre isso, Van Dijk, um dos grandes responsáveis pela virada pragmática no início da década de 80, acredita que:

a compreensão de um texto obedece a regras de interpretação pragmática, de modo que a coerência não se estabelece sem que se leve em conta a interação, bem como as crenças, os desejos, as preferências, as normas e os valores dos interlocutores. (KOCH, 2015b, p.32)

Concomitantemente, surgia uma tendência sociocognitivista nos estudos do texto, pois ele passa a ser considerado resultado de processos mentais. Trata-se da

chamada virada cognitivista, cujo marco inicial são os estudos de Beaugrande e Dressler (1981)¹. Segundo eles:

o texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas [...], de modo que caberia à Linguística Textual desenvolver modelos procedurais de descrição textual capazes de dar conta dos processos cognitivos que permitem a integração dos diversos sistemas de conhecimento dos parceiros da comunicação, na descrição e na descoberta de procedimentos para sua atualização e tratamento no quadro das motivações e estratégias de produção e compreensão de textos. (KOCH, 2015b, p.34)

Assim, na década de 90, os estudos linguísticos deram ênfase aos processos de organização global dos textos, adotando como principais temas a referenciação, a inferenciação, o acesso ao conhecimento prévio, etc. e tomando como principais pontos de interesse itens como processamento, produção e compreensão de texto, formas de representação do conhecimento na memória, ativação de conhecimentos, estratégias sociocognitivas e interacionais envolvidas no processo, etc.

A partir desse momento, a Linguística Textual entra em uma nova fase, com uma nova concepção de texto. Os estudos de Beaugrande e Dressler (1981) sobre textualidade (definida como “o que faz que um texto seja um texto”) marcaram o início dessa mudança de rumo e proporcionaram o surgimento da perspectiva sociocognitivo-interacionista, segundo a qual “existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos” (KOCH, 2015b, p.41). A interação e o compartilhamento de conhecimentos estão na base da atividade linguística, uma vez que os eventos linguísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes, mas são realizados conjuntamente pelos interlocutores. Essa visão amplia a noção de contexto – pois, agora, entende-se que ele se constrói também na própria interação – e estabelece a concepção interacional da língua, na qual “os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2015b, p.44).

¹ BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang U. *Introduction to Textlinguistics*. Londres/Nova Iorque: Longman, 1981.

De forma resumida, podemos dizer que o estudo da Linguística Textual contribui para conhecer melhor como se realiza a produção textual do sentido. Na tentativa de definir a Linguística Textual e seu objeto de estudo abordando as diversas perspectivas possíveis, Marcuschi (1983, apud KOCH, 2010, p.10) afirma o seguinte:

Proponho que se veja a Linguística de Texto, mesmo que provisória e genericamente, como o *estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais*. Seu tema abrange a *coesão superficial* ao nível dos constituintes linguísticos, a *coerência conceitual* ao nível semântico e cognitivo e sistema de pressuposições e implicações a nível pragmático da produção do sentido no plano das ações e intenções. Em suma, a Linguística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas.

Tal definição é considerada por Koch (2001) a mais completa e apropriada a respeito desse assunto até o momento.

1.1.1 *Princípios de construção textual do sentido*

Diversos fatores linguísticos, discursivos, interacionais, cognitivos e culturais contribuem para a construção dos sentidos no texto.

Em seus estudos, Beaugrande e Dressler (1981) estabeleceram sete critérios de textualidade: dois centrados no texto (coesão e coerência) e cinco centrados no usuário (situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade). Posteriormente, questionamentos foram feitos a respeito dessa teoria, pois passaram a ser levados em consideração os fatores de ordem pragmático-cognitiva. A coerência, por exemplo, não podia mais ser considerada meramente um critério centrado no texto, uma vez que passou a ser vista como algo que se constrói pelos usuários do texto em determinada situação comunicativa. Além disso, diversos autores passaram a apresentar outros fatores de construção do

sentido, tais como: conhecimento de mundo, conhecimento compartilhado, inferenciação, contextualização, focalização, consistência e relevância².

Todos esses elementos são fundamentais nos estudos da Linguística Textual,

que é constituída de princípios e/ou modelos cujo objetivo não é prever a boa ou a má formação dos textos, mas permitir representar os processos e mecanismos de tratamento dos dados textuais que os usuários põem em ação quando buscam interpretar uma sequência linguística, estabelecendo o seu sentido e, portanto, calculando sua coerência. (KOCH; TRAVAGLIA, 2011, p.69-70)

Um dos mecanismos que muito contribuem para a construção dos sentidos do texto são os operadores argumentativos, que consistem em elementos linguísticos – gramaticais, lexicais ou expressões – responsáveis por, de algum modo, encadear ideias e argumentos nos enunciados que estruturam os textos.

1.1.2 Objetos de estudo: os operadores argumentativos

Um dos objetos de estudo da Linguística Textual é a articulação ou progressão textual, que é realizada pelo produtor do texto por meio de atividades formulativas. Recorrências de diversos tipos, como paralelismos, paráfrases, reiteração de itens lexicais e de tempos verbais, são uma forma de realizar a progressão textual. No entanto, a continuidade do sentido pode ocorrer sem esses elementos, sendo garantida por outros recursos e procedimentos linguísticos, como aquele que nos interessa destacar: o encadeamento de enunciados. Trata-se de um importante mecanismo de progressão textual, podendo ocorrer por justaposição (sem conectores propriamente ditos) ou por conexão (com a presença de articuladores explícitos) – sendo este último caso o foco de nossos estudos.

De acordo com Koch (2010), as relações semânticas e/ou pragmáticas estabelecidas entre segmentos textuais de qualquer extensão podem ser de cunho lógico-semântico (quando relacionam o conteúdo de duas orações) ou discursivo-argumentativo (quando dois ou mais enunciados distintos articulam-se de modo que

² Para um detalhamento a respeito desses critérios, ver Koch e Travaglia (2011).

o primeiro é tomado como tema para o segundo). Neste último caso, os encadeamentos podem acontecer entre orações do mesmo período, entre períodos distintos e até mesmo entre parágrafos do texto; além disso, as relações estabelecidas são essencialmente argumentativas, pois os conectores utilizados determinam a orientação argumentativa do enunciado. É por esse motivo que os conectores dessa categoria são também denominados *operadores argumentativos*, termo cunhado por Ducrot para “designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam” (KOCH, 2015a, p.30).

A seguir, de acordo com Koch (2010), listamos as principais relações constituídas nos encadeamentos por conexão e alguns dos operadores que as estabelecem.

a) Relações lógico-semânticas

- Condicionalidade: *se... (então), caso;*
- Causalidade: *porque, que, então, por isso, como, por;*
- Mediação: *para;*
- Disjunção: *ou;*
- Temporalidade: *quando, mal, nem bem, assim que, antes que, depois que, enquanto, à medida que;*
- Conformidade: *conforme, de acordo;*
- Modo: não há operadores específicos.

b) Relações discursivo-argumentativas

- Conjunção: *e, também, não só... mas também, tanto... como, além de, além disso, ainda, nem;*
- Disjunção argumentativa: *ou;*
- Contrajunção: *mas, porém, contudo, todavia, embora, ainda que, apesar de;*
- Explicação ou justificativa: *que, pois;*
- Comprovação: *tanto que;*
- Conclusão: *portanto, logo, por conseguinte, pois;*

- Comparação: (*tanto, tal*)... *como (quanto), mais... (do) que, menos... (do) que*;
- Generalização ou extensão: *aliás, também, é verdade que, bem, de fato, realmente*;
- Especificação ou exemplificação: *por exemplo, como*;
- Contraste: *mas, ao passo que*;
- Correção ou definição: *isto é, ou, ou melhor, de fato, pelo contrário*.

As gramáticas normativas tradicionais estabelecem que tais relações são constituídas pelas chamadas *conjunções*, tradicionalmente responsáveis por “relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração” (CUNHA; CINTRA, 2007, p.579). Esse papel também pode ser exercido por *locuções conjuntivas, prepositivas e adverbiais*, além de outros tipos de articuladores textuais. Trata-se, em alguns casos, de vocábulos que não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais previstas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (N.G.B.). Na falta de uma classificação possível, esses vocábulos passaram a ser chamados de *denotadores* ou *palavras denotativas*.

Ao tratar dos advérbios em sua gramática, Bechara (2006, p.291) faz uma observação sobre as palavras denotativas e comenta que muitas delas “têm papel transfrástico e melhor atendem a fatores de função textual estranhos às relações semântico-sintáticas inerentes às orações em que se acham inseridas”. Dessa forma, a dificuldade em classificar e compreender tais termos e expressões mostra que uma análise linguística baseada em definições e enquadramentos não é suficiente: faz-se necessário ir além. É exatamente isso o que ocorre com a abordagem que institui os operadores argumentativos como articuladores de relações. Para compreendê-los, é preciso levar em conta um contexto discursivo, partindo do princípio de que “o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras)” (KOCH, 2015a, p.29).

É importante estabelecer que os operadores argumentativos têm a função de relacionar elementos de conteúdo e atuam em diferentes níveis: podem constituir a organização global do texto, assinalar os encadeamentos entre parágrafos e

períodos e até articular orações ou membros oracionais. Ao mencionar o seu caráter multifuncional, Koch (2015b, p.142) afirma que:

um mesmo operador, conforme o contexto textual-discursivo, pode estabelecer tipos diferentes de relações significativas e, desta maneira, ser classificado de formas diferentes. Esses elementos linguísticos operam a progressão textual, desempenhando nela funções das mais variadas [...] Desta forma, não apenas são responsáveis, em grande parte, pela coesão textual, como também por um número bastante significativo de indicações ou sinalizações destinadas a orientar a construção interacional do sentido e, portanto, da coerência.

Para realizar uma análise desses elementos do discurso e explicar seu funcionamento, precisaremos retomar as noções de *escala argumentativa* e *classe argumentativa*, formuladas por Ducrot.

Uma *classe argumentativa* é constituída por um conjunto de enunciados que, orientados no mesmo sentido, podem servir de argumento (p) para uma mesma conclusão (R). Quando dois ou mais argumentos (p, p', p'') da mesma classe apresentam-se numa escala graduada apontando com maior ou menor força no sentido da mesma conclusão, tem-se uma *escala argumentativa*.

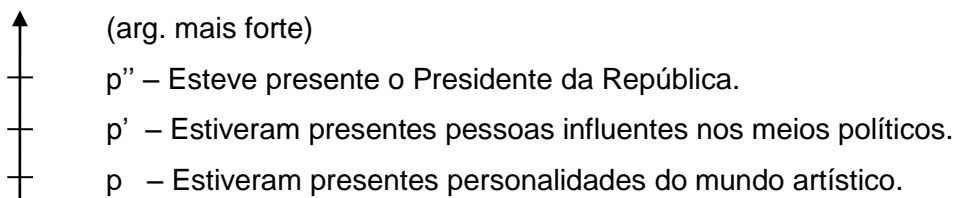
Conforme Koch (2015a), segue um exemplo de classe argumentativa e sua representação gráfica em uma escala argumentativa:

A apresentação foi coroada com sucesso. (conclusão R)

arg. 1 – Estiveram presentes personalidades do mundo artístico.

arg. 2 – Estiveram presentes pessoas influentes nos meios políticos.

arg. 3 – Esteve presente o Presidente da República.



Um operador argumentativo que poderia compor esse enunciado a fim de evidenciar o argumento mais forte, por exemplo, é *até*. Dessa forma, teríamos: “A apresentação foi coroada com sucesso: estiveram presentes personalidades do

mundo artístico, pessoas influentes nos meios políticos e até o Presidente da República”.

A partir dessa exemplificação, evidencia-se que os operadores argumentativos são elementos linguísticos que, “quando presentes no enunciado, introduzem nele conteúdos semânticos adicionais os quais, sem a presença deles, não existiriam” (KOCH, 2015a, p.46).

1.2 A Análise do Discurso

Embora a Análise do Discurso (AD) só tenha emergido nos anos 60, Bakhtin, no início do século XX, já havia antecipado a linguística moderna ao adotar o enunciado como objeto de estudo e considerar a enunciação como componente fundamental para os estudos da linguagem.

Nos anos 50, Harris transfere para os enunciados os procedimentos de análise aplicados à frase e, ainda que não se debruce sobre reflexões semânticas e considerações sócio-históricas, passa a ser considerado o marco inicial da Análise do Discurso. Essa é a linha que dará origem à vertente americana da AD. Os estudos de Benveniste sobre a enunciação, por sua vez, levam em conta o papel do sujeito e o modo como ele se inscreve nos enunciados, passando a considerar as relações existentes entre o locutor, seu enunciado e o mundo. Assim, partindo da noção de que a linguagem é interação social e fenômeno que considera o outro na constituição dos significados, ela passa a ser vista como *discurso* e não apenas como um conjunto de signos que serve de instrumento. Essa perspectiva dará origem à vertente europeia da AD.

Conforme Brandão (2004), o discurso une o linguístico ao social, por isso pode ser considerado o ponto em que se articulam os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos. A linguagem, conseqüentemente, não pode ser considerada neutra: ao contrário, é encarada como o lugar onde a ideologia se manifesta de forma concreta.

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a

linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. (BRANDÃO, 2004, p.11)

Assim, podemos dizer que a AD (especificamente a vertente europeia) é uma tendência da linguística contemporânea que, de modo fundamental, leva em consideração aspectos exteriores à estrutura da língua, uma vez que considera questões relativas às condições de produção discursivas, à formação discursiva, à formação ideológica, à historicidade e ao sujeito. Partindo de uma relação entre o dizer e as suas condições de produção, ela serve de procedimento metodológico para realizar leituras críticas e reflexivas de um discurso, buscando marcas ideológicas e sociais na materialidade linguística.

1.2.1 *Conceitos-chave*

Ao analisar a articulação da ideologia com o discurso, é preciso levar em conta a tríade básica da AD: formação ideológica (FI), formação discursiva (FD) e condições de produção do discurso (CP).

Segundo Chauí (1980, apud BRANDÃO, 2004, p.22), a ideologia organiza-se

como um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

Sendo assim, podemos afirmar que uma *formação ideológica* é constituída por uma organização de posições políticas e ideológicas de determinada formação social em um determinado momento histórico. Uma FI também é composta por uma ou mais *formações discursivas*, as quais, por sua vez, são definidas como o espaço onde o discurso e a ideologia se relacionam e o lugar onde a formação ideológica se manifesta.

As formações discursivas determinam o que os sujeitos devem ou não enunciar de acordo com o lugar social ao qual pertencem e as diferentes

circunstâncias sócio-históricas e ideológicas nas quais se encontram (ou seja, de acordo com as *condições de produção do discurso*). Orlandi (1986, apud BRANDÃO, 2004, p.78) afirma ainda que “a ideologia (relação com o poder) e o inconsciente (relação com o desejo) estão materialmente ligados, funcionando de forma análoga na constituição do sujeito e do sentido”. Desse modo, podemos afirmar que é na formação discursiva que o sujeito e os sentidos se constituem.

Assim, é imprescindível notar que as palavras só adquirem sentido de acordo com a FD nas quais são produzidas, e isso significa que o sentido (assim como o sujeito) é constituído *no* discurso, não é anterior a ele. Nas palavras de Pêcheux (1975, apud BRANDÃO, 2004, p.77),

o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe *em si mesmo* (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Também é importante destacar que, embora as FDs busquem uma homogeneidade discursiva, elas são heterogêneas em relação a si mesmas, pois cada uma delas define-se em função de várias outras, as quais podem manifestar diferentes formações ideológicas. Isso mostra que o discurso é constituído por embates ideológicos presentes no interior das formações discursivas que o compõem. Essas contradições não são prejudiciais ao discurso, ao contrário: são o que constituem a sua historicidade. Segundo Brandão (2004), o papel da AD é justamente inscrever o discurso na relação entre língua e história, buscando as marcas de tais contradições ideológicas na materialidade linguística do texto.

Nesse cenário, percebe-se que o sujeito não pode ser considerado fonte nem origem dos sentidos. Na perspectiva da AD, a linguagem é lugar de constituição da subjetividade e o sujeito é dividido e descentrado, pois é dotado de inconsciente e incorpora o outro como constitutivo do seu discurso e de si mesmo. De acordo com Brandão (2004, p.59), o sujeito é essencialmente histórico e ideológico, uma vez que “sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro”.

Percebe-se, portanto, que, além da ideologia e do inconsciente, o outro é também fundamental na constituição do sujeito no discurso. Nessa concepção,

evidencia-se uma relação dinâmica entre identidade e alteridade, percepção que nos leva à noção de polifonia, segundo a qual “o discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias” (BRANDÃO, 2004, p.65). Assim, é preciso levar em consideração que todo discurso tem dentro de si outro discurso, tudo aquilo que se diz já foi dito (é um já-dito). Além disso, o sujeito desdobra-se, assumindo vários papéis e diferentes vozes sociais no discurso.

É importante notar que, para a AD, o lugar ideológico de onde o sujeito enuncia é fundamental, ou seja, o enfoque da posição sócio-histórico-ideológica do enunciador ocupa um lugar primordial. Portanto, devemos atentar para o fato de que, ao analisar um discurso, “as palavras significam conforme as formações ideológicas e as posições do sujeito, ligadas às vozes presentes no discurso e inseridas em diferentes formações discursivas, tornando-se significativas num determinado contexto histórico” (SCHERMACK; FREITAS, 2012, p.52).

2 A CRÔNICA E O CRONISTA

Definir uma crônica é uma tarefa árdua. Costumeiramente descrita como um gênero tipicamente brasileiro que aborda temas cotidianos de forma bem humorada e utilizando linguagem informal, essa noção não parece bastar para defini-la e compreendê-la. Coutinho (1997, apud GABRIEL JUNIOR, 2015, p.40) afirma o seguinte:

A crônica é na essência uma forma de arte, arte da palavra, a que se liga forte dose de lirismo. É um gênero altamente pessoal, uma reação individual, íntima ante o espetáculo da vida, as coisas, os seres. O cronista é um solitário com ânsia de comunicar-se. Para isso, utiliza-se literalmente desse meio vivo, insinuante, ágil, que é a crônica.

Neste capítulo, faremos um breve traçado histórico do gênero e levantaremos algumas definições que recebe. Também apresentaremos Antonio Prata, autor dos textos que serão objeto de estudo.

2.1 A crônica: da história ao cotidiano

A crônica tem sido alvo de diversos estudos, seja sob uma perspectiva literária, linguística, semântica, de gêneros ou até mesmo cronológica. Independentemente da abordagem, a pergunta que move os estudiosos parece ser sempre a mesma: *o que é uma crônica?* Para compreendê-la como é hoje, faz-se necessário traçar uma retrospectiva de suas origens.

A palavra *crônica* vem do grego *chronos*, que significa “tempo”. Assim, em sua primeira concepção, ela está relacionada a relatos de acontecimentos históricos alinhados em ordem cronológica. Era isso o que faziam os cronistas da Antiguidade, como Heródoto (“o pai da História”), que pode ser considerado o primeiro grande cronista, e o imperador romano Julio César, que escreveu crônicas de guerra (SIMÕES, 2009). Na Idade Média, essa concepção persistiu e ganhou novas cores: surgiram os *crônicas*, modalidade primitiva da prosa em língua portuguesa que

registrava acontecimentos históricos, costumes contemporâneos e linhagens familiares, ocasionalmente intercalando fatos fictícios aos relatos históricos³.

Considerado o primeiro prosador em língua portuguesa, grande mestre da arte de narrar e fundador da historiografia portuguesa, Fernão Lopes é um dos principais representantes da crônica medieval: sob o cargo de Cronista-Mor do Reino, foi responsável por contar a história dos reis de Portugal e realizar diversas outras compilações históricas. Na época da expansão e das descobertas ultramarinas, surgiu ainda a modalidade das crônicas de viagem, das quais Pero Vaz de Caminha é um notório representante.

A crônica, como a conhecemos atualmente, tem seu nascimento atrelado ao da imprensa diária. Segundo Gabriel Junior (2013, p.94):

A história da crônica no Brasil se confunde com a própria trajetória do jornalismo nacional, ela está vinculada ao entretenimento, de um modo geral, e consolidou-se no país em meados do século XIX; desde então, tornou-se um gênero obrigatório para os jornais brasileiros. No Brasil, a crônica adquiriu tipicidade e tornou-se representativa de uma identidade cultural do nosso povo.

No século XIX, a França tinha grande influência sobre a cultura, a educação e o jornalismo brasileiro. Desse modo, a seção dos periódicos franceses denominada *feuilleton* foi trazida para o Brasil com o nome de *folhetim*. Tratava-se de um espaço no rodapé da primeira página do jornal que trazia textos de temas diversos com a finalidade de entreter e divertir o leitor, desviando do tom grave das notícias: receitas culinárias, charadas, anedotas, anúncios de compra e venda, poemas, capítulos de romances e, é claro, as crônicas – textos que comentavam e registravam fatos diversos da vida cotidiana sobre assuntos variados (política, artes, literatura, notícias). De acordo com Oliveira (2010, p.205), a crônica tornava-se rapidamente descartável por estar atrelada ao jornal e “era exatamente esse descompromisso que lhe dava liberdade para ousar uma linguagem simplificada, menos pretensiosa, cuja semelhança com uma conversa entre amigos a fez tão querida do público leitor”.

³ Exemplo maior de crônicas são as *Crônicas breves do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, escritas no século XIV e publicadas na segunda metade do século XIX por Alexandre Herculano em *Portugaliae Monumenta Historica*.

Segundo Candido (1992, p.15), as crônicas dos folhetins aos poucos foram “encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje”. Dessa forma, a crônica foi deixando de lado a intenção de informar e comentar para adentrar aos poucos no universo da poesia e da literatura.

Com Machado de Assis e João do Rio, na virada do século XX, a crônica deixou de ser mero relato histórico ou narrativa cotidiana. Passou a abordar temáticas complexas com leveza e humor, ganhando definitivamente personalidade e uma roupagem literária. No entanto, somente nos anos 1930, já na época do Modernismo, a crônica moderna consolidou-se no Brasil.

O que hoje chamamos crônica moderna utiliza-se dos mesmos moldes da crônica oitocentista, mas possui maior liberdade de expressão, característica típica do Modernismo. Na atualidade, a crônica foi deixando sua relação com os *faits divers* e assumindo uma prosa mais poética, confessional, na qual a linguagem tradicional convive harmonicamente com a linguagem moderna. (OLIVEIRA, 2010, p.207)

Para Simões (2009), embora houvesse autores da primeira geração modernista que praticassem a crônica com habilidade, somente após o movimento modernista de 1922 – e graças a ele, uma vez que iniciou uma busca pelo coloquialismo e pela brasilidade – a crônica brasileira pôde se estabelecer.

Rubem Braga é considerado, com unanimidade, o cronista por excelência. Em 1932, aos 19 anos, começou a escrever crônicas regularmente para os jornais e despontou como o maior representante do gênero, dedicando-se a ele com quase total exclusividade⁴. O tom folhetinesco desapareceu e passaram a vigorar os “pequenos flagrantes do cotidiano, captados com humor e poesia” (SIMÕES, 2009, p.54). A multiplicidade temática, a força poética, o potencial linguístico, a subjetividade e o tom de intimidade com o leitor também passaram a ser características marcantes do gênero em sua vertente brasileira moderna. Além disso, nessa época, a crônica ganhou um espaço próprio nos jornais, consagrando-se definitivamente no país “como gênero bem nosso” (CANDIDO, 1992, p.17).

⁴ A exceção é o *Livro de Versos*, publicado na década de 80.

Muito se discute acerca da sua classificação quanto ao gênero, já que, na modalidade existente hoje no Brasil, pertence tanto à esfera jornalística quanto à literária, caracterizando-se como um gênero híbrido. Tendo seu nascimento atrelado aos periódicos, possui uma natureza efêmera e limitações impostas pelo meio, como espaço fixo e prazo de entrega. Por outro lado, quando são publicadas em livros de coletânea, desafiam sua suposta brevidade e firmam-se como gênero literário autônomo. Gabriel Junior (2013, p.95-96) chega a afirmar que,

em uma busca sobre a caracterização da crônica, não encontramos definições fixas, e sim, diversas respostas vagas, o que nos possibilita afirmar não ser possível delimitar com exatidão sobre a crônica ser um texto jornalístico ou um texto literário, onde se inicia um e onde termina o outro.

Mais tarde, ao desenvolver seus estudos sobre o assunto, esse autor defende que “o gênero textual-discursivo crônica é um gênero opinativo a respeito dos eventos cotidianos da vida dos brasileiros. Para tanto, o cronista constrói uma circunstância a partir da qual opina” (GABRIEL JUNIOR, 2015, p.48). Partindo do princípio de que a crônica é um texto produzido para o jornal e no jornal, Gabriel Junior faz uma distinção entre a *crônica do cotidiano* e a *crônica de notícia* baseando-se na atualidade temática e nos argumentos que as constroem.

Na crônica do cotidiano, os argumentos de legitimidade e reforço são selecionados nas cognições sociais, orientados pelas categorias semânticas Usual e Esperado; na crônica de notícia, esses argumentos são selecionados de notícias publicadas no jornal, construídas com as categorias semânticas Inusitado e Atual. [...] A crônica do cotidiano opina a respeito de características culturais do brasileiro, ao passo que a crônica jornalística, ao opinar sobre traços culturais do brasileiro, recorre à notícia publicada no jornal como argumento de legitimidade e reforço. (GABRIEL JUNIOR, 2015, p.48-49)

Desse modo, o autor considera que a crônica do cotidiano “trata de assuntos vivenciados e experienciados socialmente na vida cotidiana das pessoas, isto é, daquelas ações usuais que se definem por eventos diários, acontecimentos frequentativos que ocorrem com as pessoas” (GABRIEL JUNIOR, 2013, p.101). Isso mostra que essa modalidade da crônica não é efêmera. A crônica de notícia, ao contrário, é construída a partir de notícias, que são efêmeras por natureza.

Assim, embora ambas as modalidades sejam publicadas em jornais, somente as crônicas do cotidiano podem ser consideradas, de forma geral, um gênero literário, pois, “devido à efemeridade da notícia, apenas as crônicas do cotidiano, ao serem reunidas pelo autor, são publicadas como obras literárias” (GABRIEL JUNIOR, 2015, p.50).

Parece-nos esclarecedora, ainda, a visão de Coutinho (1986, apud SIMÕES, 2009, p.58) ao definir a crônica como um “gênero anfíbio”, já que é capaz de “transitar com fluidez em ambas as áreas, em jornal ou em livro – carregando para um meio elementos do outro”.

Em suma, diversas têm sido as tentativas de definir a crônica, mas, independentemente das conclusões a que se chegue, uma parece ser unânime: por ser um gênero múltiplo e em constante mutação, permanece um assunto inesgotável de investigação.

2.2 O cronista: Antonio Prata⁵

Antonio Prata nasceu em São Paulo em 24 de agosto de 1977. Filho de Mario Prata e Marta Góes – ambos jornalistas, escritores e dramaturgos –, soube desde muito cedo que ser escritor era uma profissão, uma maneira possível de ganhar a vida. Acostumado a ouvir o bater da máquina de escrever dos pais desde a infância, ele via a literatura como algo natural, uma maneira de se expressar, e não como algo sério e difícil.

Começou a escrever profissionalmente no final da adolescência. Inicialmente, fazia bicos como redator e produzia crônicas, modalidade que considera a primeira porta literária para ganhar algum dinheiro como escritor. Sua trajetória não é incomum, conforme relata Oliveira (2010, p.207):

Muitos dos escritores brasileiros consagrados tiveram sua carreira iniciada nos jornais. Era ali que encontravam seu meio de sobrevivência [...] Esses jovens escritores, ainda desconhecidos do

⁵ Informações obtidas em Prata (2015) e Portal dos Jornalistas (2016).

grande público, viam na imprensa uma porta de entrada para a vida literária.

Prata cursou Filosofia na USP, Cinema na FAAP e Ciências Sociais na PUC-SP, mas não concluiu nenhum das graduações.

Em 2001, aos 24 anos, lançou seu primeiro livro de contos: *Douglas e outras histórias*. Em seguida, vieram *As pernas da tia Corália* (2003), *Escola Viva* (2003) e *O inferno atrás da pia* (2004). Publicou ainda *Cabras: caderno de viagem* (2005) em parceria com Paulo Werneck, Chico Matoso e Zé Vicente da Veiga. Em 2007, passou um mês em Xangai para escrever um romance (ainda não publicado) para o projeto *Amores Expressos*. Em 2012, lançou *Felizes quase sempre*, livro infantil ilustrado por Laerte. Em 2013, publicou *Nu, de botas*, obra célebre em que relembra sua infância misturando memória e ficção.

O autor também é roteirista e já colaborou nas novelas *Bang Bang*, de Mario Prata, *Avenida Brasil* e *A Regra do Jogo*, ambas de João Emanuel Carneiro, todas exibidas pela Rede Globo.

Quanto às crônicas, Prata escreveu para a revista *Capricho* de 2001 a 2008 e para o jornal *O Estado de S. Paulo* entre 2003 e 2009. Desde 2011, publica-as no jornal *Folha de S. Paulo*. Além disso, lançou três coletâneas: *Estive pensando* (2003), *Adulterado* (2009) e *Meio intelectual, meio de esquerda* (2010) – livro no qual encontra-se a crônica que será analisada neste trabalho.

Meio intelectual, meio de esquerda reúne crônicas publicadas, em sua maioria, entre 2004 e 2010 no jornal *O Estado de S. Paulo*. A seleção foi feita por Fabrício Corsaletti, Sérgio Molina e pelo próprio autor.

Considerado por muitos o melhor cronista de sua geração, Prata procura manter os pés no chão e busca distanciar-se da ideia de que o autor é um ser místico. Para ele, o escritor não está acima do leitor e não possui sensibilidade maior, mas é apenas alguém que consegue colocar em palavras algo que todos sentem. Acredita que a maneira como vemos o mundo é essencialmente literária e descreve a crônica como uma lente de aumento que se coloca em qualquer assunto.

Desse modo, Prata consegue criar crônicas que, como dizia Candido (1992, p.20), podem “dizer as coisas mais sérias e mais empenhadas por meio do ziguezague de uma aparente conversa fiada”.

3 ANÁLISE

Neste capítulo, faremos a análise dos operadores argumentativos da crônica “PC”, de Antonio Prata (ver Anexo A) a fim de verificar como colaboram para a construção da argumentatividade e dos sentidos do texto, além de constatar se permitem identificar a posição ideológica do enunciador.

Para tanto, faz-se necessária uma breve contextualização do período histórico no qual o texto se insere, a fim de verificarmos suas condições de produção. Em seguida, apresentaremos os operadores argumentativos identificados no texto e sua análise com base na Linguística Textual. Por fim, faremos uma análise embasada nos princípios da Análise do Discurso, levando em conta fundamentalmente as condições de produção, a formação discursiva, a formação ideológica e a posição sócio-histórico-ideológica do sujeito.

3.1 Contextualização histórica

Entre 2003 e 2010, o Brasil foi governado por Luiz Inácio Lula da Silva, “o primeiro presidente oriundo das camadas populares, cuja eleição veio romper com um ciclo de elitismo político” que se iniciou logo nos primeiros anos de descobrimento (BUENO, 2012, p.460).

Apesar de muitos acreditarem que haveria uma guinada radical nos rumos do país, o novo governante logo abandonou o discurso sindicalista que o alçara ao poder e mostrou que pretendia dar continuidade à política neoliberal vigente até então. Isso o aproximou até mesmo dos setores sociais mais conservadores, mas não fez com que se distanciasse das camadas populares que o elegeram. Embora os investimentos na área social tenham ficado bastante aquém do esperado, foram lançados programas de combate à fome e à pobreza, como o Fome-Zero e o Bolsa Família – este último responsável por uma queda de 27,7% nos índices de miséria do país entre 2002 e 2007 (BUENO, 2012).

Economicamente, o Brasil cresceu acima do esperado. A inflação estava sob controle, a dívida externa foi zerada e as taxas de juros elevadas incentivavam os

investimentos estrangeiros e as exportações. A crise econômica de 2008, que estourou devido ao colapso do mercado imobiliários dos EUA e causou pânico nos mercados internacionais, não afetou gravemente o Brasil – segundo o presidente Lula, chegou aqui apenas com “uma marolinha”. Junto a outros fatores, o clima de otimismo e a elevação do poder de consumo das camadas populares garantida nos três anos anteriores de crescimento asseguraram que a economia continuasse funcionando. Ocorreu um aumento na geração de empregos com carteira de trabalho assinada e, graças aos programas assistenciais, ao aumento controlado do salário mínimo e aos avanços na educação, houve diminuição da desigualdade no mercado de trabalho e da concentração de renda – apesar de o Brasil continuar entre os piores países do mundo no que diz respeito à distribuição de renda.

Embora o cenário socioeconômico do país fosse animador, não se podia dizer o mesmo do quadro político. Em 2005, surgiram as denúncias de corrupção envolvendo o PT, partido de Lula, e importantes aliados do presidente, como José Dirceu, então ministro da Casa Civil. O chamado Mensalão deu início a uma crise política que trouxe descrédito ao partido, até então visto como ético. A popularidade do presidente não sofreu gravemente com os escândalos, tendo em vista que foi reeleito em 2006 ainda no primeiro turno. Embora seus índices de aprovação ainda fossem bastante elevados, a noção da deterioração moral da política brasileira intensificava-se diante das constantes denúncias de corrupção e tendo em vista as alianças partidárias feitas no Congresso e no Senado visando à defesa de interesses particulares de poder. Em 2009, a camaradagem e os elogios que o presidente dedicava a antigos desafetos acusados de atos ilícitos – como Renan Calheiros, José Sarney e até Fernando Collor (ex-presidente do Brasil, afastado por *impeachment* em 1992) – não eram bem vistos pela sociedade.

Desse modo, embora o Brasil tenha mostrado certo amadurecimento político e democrático ao eleger Lula duas vezes seguidas, seus governos demonstraram que o país ainda não possui bases sólidas para a prática democrática (BUENO, 2012).

É nesse contexto que está inserido o livro *Meio intelectual, meio de esquerda*, de Antonio Prata. Publicada em 2010, a obra reúne crônicas que foram veiculadas, em sua maioria, no jornal *O Estado de S. Paulo* entre 2004 e 2010. Mais precisamente, o texto analisado será “PC”, publicado pela primeira vez em 8 de março de 2009 (Anexo A).

3.2 Apresentação dos operadores argumentativos

A seguir, apresentamos uma tabela que contém os operadores argumentativos identificados na crônica estudada, a linha em que se encontram no texto (ver Anexo A) e, com base nas classificações apresentadas por Koch (2010, 2011a, 2015a), as relações que estabelecem.

Tabela 1 – Apresentação dos operadores argumentativos

Operador argumentativo	Linha	Relação estabelecida
pois	2	justificativa
que	2	pronome relativo
e	3	conjunção
como se	3	comparação
e	5	conjunção
que	5	pronome relativo
ou	5	disjunção inclusiva
mas	6	contrajunção
tanto assim	7	modo
[pois, porque]	7	explicação
[pois]	8	justificativa
já	8	pressuposição
respondendo [enquanto respondem]	11	temporalidade
que	12	pronome relativo
e	12	conjunção
que	12	conjunção integrante
a despeito de	12	contrajunção
quando	13	condicionalidade
que	14	conjunção integrante
para	14	mediação
agora [mas, no entanto, contudo, entretanto]	15	contrajunção
que	16	pronome relativo
(fazer) com que	16	conjunção integrante
quando	17	condicionalidade
caso	20	condicionalidade
se	21	condicionalidade
para	22	mediação
para	23	mediação
se	23	condicionalidade
se	25	condicionalidade
do jeito que	26	modo

contudo	26	contrajunção
não porque... mas porque	27-28	explicação/contrajunção
ao cuspir [quando cospe]	27	temporalidade
e	28	conjunção
tão... que	29	causalidade
até	30	indicação do argumento mais forte
ainda	30	pressuposição
que	31	pronome relativo
e	31	conjunção
depois de	32	temporalidade
para	32	mediação
enquanto [se]	33	condicionalidade
mas	35	contrajunção
quando [pois]	35	explicação
mais do que	36	negação de uma totalidade

3.3 Análise dos operadores argumentativos sob a perspectiva da Linguística Textual

A análise apresentada a seguir tem como base os princípios da Linguística Textual desenvolvidos no Capítulo 1 deste trabalho.

É importante ressaltar que não analisamos todos os operadores argumentativos apresentados na Tabela 1, mas apenas aqueles que consideramos possuir especial relevância na construção da argumentatividade e dos sentidos do texto. Sendo assim, não foram analisados os operadores que classificamos como pronomes relativos, conjunções integrantes, os que estabelecem relação de mediação e alguns dos que estabelecem relação de conjunção.

POIS (linha 2)

O período em que esse operador está inserido introduz argumentos em favor da tese apresentada no final do parágrafo e chega a antecipá-la. Estabelece uma relação de justificativa: o fato de que não pode estar na moda algo que nunca caiu em desuso justifica o politicamente incorreto não estar na moda nos meios de comunicação.

COMO SE (linha 3)

Esse operador estabelece uma relação de comparação, associando o politicamente incorreto à liberdade de expressão como se fossem equivalentes.

Está implícito no texto que os “colunistas, jornalistas e blogueiros” disseminam suas opiniões nos meios de comunicação, os quais veiculam com frequência opiniões politicamente incorretas (pois “está na moda”). Uma vez que esses mesmos escritores, veiculadores de opinião, são comparados a “paladinos da liberdade de expressão”, estabelece-se essa relação entre os dois elementos como sendo equivalentes. No entanto, o uso do verbo no Imperfeito do Subjuntivo para construir a comparação (fossem) indica que essa associação é apenas hipotética, não é verdadeira. Desse modo, o politicamente incorreto e todos os seus defensores adquirem um valor negativo na argumentação que começa a ser construída.

E (linha 5)

Ao estabelecer uma relação de conjunção, possibilita associar “os movimentos sociais, o feminismo, maio de 68, os quilombolas, os índios” à correção política e às ideias de esquerda, colocando-os como parte de um mesmo grupo ideológico.

OU (linha 5)

Comumente, o operador *ou* indica uma disjunção com valor de exclusão, introduzindo elementos alternativos ou enunciados com diferentes orientações discursivas. Por vezes, pode também estabelecer uma relação de correção ou redefinição. Segundo Koch (2011a, p.124), “o emprego desse termo, em língua natural, é ambíguo, já que possui dois significados diferentes, embora relacionados em parte: o *ou inclusivo* (ou débil) e o *ou exclusivo* (ou forte)”.

Sendo assim, observamos que, nessa ocorrência, o operador *ou* associa a correção política às ideias de esquerda, colocando-as no mesmo patamar, como se pertencessem a um mesmo grupo – do qual fazem parte “os movimentos sociais, o feminismo, maio de 68, os quilombolas, os índios”. Trata-se, portanto, de uma disjunção inclusiva que contribui para atribuir ao politicamente correto e, conseqüentemente, às ideias de esquerda um valor positivo na argumentação.

MAS (linha 6)

O operador *mas* estabelece uma relação de contrajunção, ou seja, contrapõe enunciados de orientações argumentativas diferentes. Desse modo, o enunciador apresenta um *argumento possível* para a conclusão *R*, com o qual não se engaja e que “pode ser atribuído ao interlocutor, a terceiros, a um determinado grupo social ou ao saber comum de determinada cultura” (KOCH, 2015a, p.36) para, em seguida, introduzir um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, ao qual adere e que é um *argumento decisivo* para a conclusão contrária *não R* ($\sim R$).

Considerando que $pMASq \rightarrow \text{não } R (\sim R)$, verificamos que se constrói a seguinte classe argumentativa:

R: O politicamente incorreto está na moda.

arg. p: O politicamente incorreto defende a liberdade de expressão.

arg. q: Não pode estar na moda o que nunca caiu em desuso.

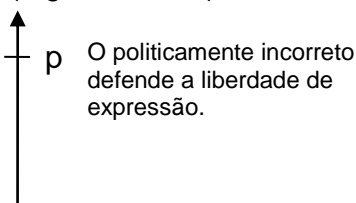
arg. q': A realidade é politicamente incorreta no Brasil.

arg. q'': Não há ousadia em ser politicamente incorreto no Brasil.

Na escala argumentativa, temos:

R: O politicamente incorreto está na moda.

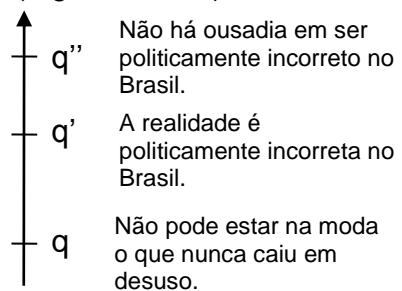
(arg. mais forte)



MAS

$\sim R$: O politicamente incorreto não está na moda.

(arg. mais forte)



Percebemos que a contrajunção é estabelecida não apenas entre as orações que se articulam com o operador *mas* (“eu aceito os argumentos” e “não levantem as vozes tanto assim”), mas entre as ideias implícitas contidas nelas, que são construídas ao longo de todo o parágrafo.

A afirmação *R* é apresentada na primeira linha dando a impressão de ser a tese do texto. O argumento *p* a favor de *R* é construído ao longo do parágrafo,

especialmente por meio do operador *como se*, o qual, conforme vimos, associa, ainda que por meio de inferências, o politicamente incorreto à liberdade de expressão. Desse modo, a oração “eu aceito os argumentos” contém a seguinte informação implícita: “Eu aceito os argumentos dos paladinos da liberdade de expressão que defendem o politicamente incorreto e descreditam os movimentos que cheiram a ideias de esquerda”. Fica claro, no entanto, que o enunciador aceita, mas não adere aos ideais dos referidos paladinos.

O outro polo da contrajunção é representado pela oração “não levantem as vozes tanto assim”, que está ligada ao período seguinte por um operador implícito de justificativa (pois, porque). Portanto, podemos dizer que ela possui implícitos em si os argumentos q' e q'' apresentados no último período do parágrafo, o qual constitui a tese definitiva do texto e o segundo polo real da contrajunção articulada por *mas*. O argumento q , por sua vez, foi apresentado na linha 2, antecipando a contrajunção e a própria tese.

Sendo assim, percebemos que a construção da oposição é utilizada como um recurso para negar a primeira frase da crônica e introduzir a tese do texto, dando a esta força e evidência desde o início. Além disso, evidencia desde já a posição do enunciador, que não se engaja com o politicamente incorreto e seus ideais.

TANTO ASSIM (linha 7)

Trata-se de um operador que indica modo, referindo-se à intensidade das vozes mencionadas, as quais, por inferência, pertencem aos referidos “paladinos da liberdade de expressão”.

Esse operador está inserido na oração que representa o segundo polo da contrajunção estabelecida pelo operador *mas* e colabora para construir a imagem negativa atribuída aos representantes do politicamente incorreto: embora seus argumentos sejam aceitos, eles não devem se exaltar em suas afirmações, pois o enunciador mostrará que eles não estão certos.

[POIS, PORQUE] (linha 7)

Ao estabelecer uma relação de explicação em relação à oração anterior, esse operador implícito possibilita considerar que tudo o que vem depois dele também faz parte do segundo polo da contrajunção estabelecida previamente.

[POIS] (linha 8)

Esse operador implícito introduz a última oração do parágrafo, a qual constitui o argumento decisivo para a construção da tese do texto. *Pois* estabelece uma relação de justificativa em relação à afirmação anterior, indicando que, se a própria realidade é politicamente incorreta no Brasil, é apenas óbvio que tudo o mais, inclusive as pessoas, também o sejam.

JÁ (linha 8)

Segundo Koch (2015a, p.38), o operador *já* tem por função introduzir no enunciado um conteúdo pressuposto. Preenchendo os implícitos da oração, temos a afirmação de que “a realidade já é politicamente incorreta no Brasil”. O pressuposto introduzido é que, possivelmente, alguém poderia pensar o contrário, isto é, que a realidade do país não fosse politicamente incorreta.

Também é possível considerar que esse operador contribui para enfatizar o argumento dessa oração, que é uma justificativa para a afirmação anterior conforme explicamos ao analisar o operador implícito *pois* (linha 8).

RESPONDENDO [ENQUANTO respondem] (linha 11)

O operador *enquanto* está implícito na oração reduzida de gerúndio e estabelece uma relação de temporalidade. Colabora para construir a imagem que está sendo pintada pelo enunciador por meio de uma sequência de frases nominais: “uma escola religiosa na Dinamarca”, o que representa o extremo da correção política e da civilidade. É preciso haver conhecimento de mundo por parte do leitor para que ele faça essa inferência. A partir desse referencial, o enunciador construirá sua argumentação para provar, por meio de intensa exemplificação, que não há nenhuma ousadia, valentia ou audácia em ser politicamente incorreto no Brasil.

E (linha 12)

Estabelece uma relação de conjunção entre levantar-se e cuspir no chão, sequência de atitudes que é considerada uma prova de ousadia no contexto citado (“uma escola religiosa na Dinamarca”).

Consideramos importante mencionar esse operador, pois ele introduz no texto pela primeira vez a expressão “cuspir no chão”, que será retomada em outros trechos (linhas 15, 27 e 34). Nessa ocorrência, ela representa ousadia, valentia,

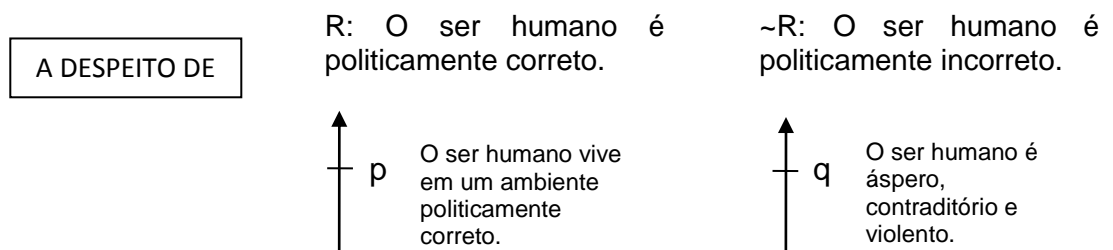
audácia, um ato de desafio à ordem das coisas, ou seja, uma ação politicamente incorreta. Além disso, a relação estabelecida por esse operador terá continuidade no período seguinte e é de fundamental importância para sua compreensão.

A DESPEITO DE (linha 12)

Esse operador pertence ao grupo do *embora* e estabelece uma relação de contrajunção. Diferentemente das contrajunções estabelecidas pelo grupo do *mas*, os operadores da família do *embora* apresentam o argumento que será anulado, prevalecendo a orientação argumentativa do enunciado que não foi introduzido pelo operador (KOCH, 2010, p.73).

Ao analisar a contrajunção estabelecida por *a despeito de*, devemos levar em conta o contexto trabalhado. Para evocar a correção política do ser humano (*R*), o enunciador menciona o “aroma de lavanda”, argumento possível (*p*) que se refere a um ambiente onde reina o politicamente correto, exatamente como o que foi pintado no início do parágrafo: a escola religiosa na Dinamarca que possui flores na janela e o referido cheiro de lavanda no ar. Em contrapartida, é apresentado o argumento decisivo *q*, segundo o qual o ser humano é áspero, contraditório e violento. Para compreender melhor a contrajunção estabelecida, podemos parafrasear o período analisado da seguinte forma: “A despeito de viver em um ambiente politicamente correto, o ser humano é áspero, contraditório e violento”.

Ao construir uma escala argumentativa para essa contrajunção, temos o seguinte:



Desse modo, reforça-se a ideia apresentada na tese da crônica: atitudes politicamente incorretas (“cuspir no chão”) são ousadas apenas em um ambiente onde predomina a correção política.

QUANDO (linha 13)

Concluindo a linha de raciocínio relativa à realidade da Dinamarca, o operador *quando* é utilizado para introduzir uma metáfora explicativa em relação ao que foi exposto. Esse operador, que comumente estabelece uma relação de temporalidade, adquire nessa ocorrência uma noção de condicionalidade, indicando uma circunstância específica que se pretende afirmar como verdadeira: a necessidade de contrapor a rebeldia (Sex Pistols) a uma realidade idealizada e civilizada ao extremo (Saint-Exupéry) para haver equilíbrio. Segundo Koch (2010, p.68-69), o que se afirma nas relações de condicionalidade “é que, sendo o antecedente verdadeiro, o conseqüente também o será”.

Mais uma vez, o enunciador conta com o conhecimento de mundo de seu leitor para que ele faça as inferências necessárias a fim de compreender o significado da afirmação, relacionando Saint-Exupéry (autor da renomada obra *O Pequeno Príncipe*) à civilidade e Sex Pistols (banda inglesa de punk rock na década de 70) à rebeldia.

AGORA [mas, no entanto, contudo, entretanto] (linha 15)

Nessa ocorrência, o operador *agora*, que geralmente estabelece uma relação de temporalidade, adquire a força de uma contrajunção. Em oposição a tudo o que foi dito sobre a realidade da Dinamarca, o enunciador apresenta a situação do Brasil. A imagem de uma escola pública em São Paulo é construída negativamente: evidencia-se um ambiente assustador e sem civilidade a fim de mostrar que, ali, diferentemente do que ocorre no país nórdico, o ato de cuspir no chão “não tem nenhuma valentia”.

Na escala argumentativa, temos:



Percebemos, portanto, que a contrajunção estabelecida constitui uma estratégia argumentativa que fortalece a conclusão *não R* introduzida pelo operador *agora*. Considerando ainda que o ato de cuspir no chão é uma metáfora para o

politicamente incorreto, fica evidente que a argumentação de todo o segundo parágrafo confirma o que já havia sido exposto na tese do primeiro parágrafo: “não há ousadia nenhuma em ser politicamente incorreto no Brasil”.

QUANDO (linha 17)

A ocorrência desse operador é semelhante à da linha 13. É até possível afirmar que ambos os períodos constituem uma estrutura paralelística. Neste caso, *quando* também estabelece uma relação de condicionalidade e introduz uma metáfora explicativa, desta vez referindo-se a São Paulo: a cidade (“pólis”) que possui uma realidade politicamente incorreta (“caos”) e na qual a violência (“o som e a fúria”) é sinônimo de correção política.

Novamente, o enunciador conta com o conhecimento de mundo do leitor e com sua capacidade de realizar as inferências necessárias. Os tempos de barbárie (“caos”) são evocados por meio da utilização da palavra “pólis” e a expressão “o som e a fúria” remete a obras de William Shakespeare (*Macbeth*) e William Faulkner (*O som e a fúria*). É importante lembrar que, em casos de intertextualidade, “caberá ao receptor, através de seu conhecimento de mundo, não só descobri-la como detectar a intenção do produtor do texto ao retomar o que foi dito por outrem” (KOCH; TRAVAGLIA, 2011, p.95).

CASO (linha 20), **SE** (linhas 21, 23 e 25)

Todas as relações de condicionalidade estabelecidas no terceiro parágrafo pelos operadores *caso* e *se* estão subordinadas à primeira oração do período: “O sarcasmo dirigido aos intelectuais de esquerda seria audaz e iconoclasta *caso/se*...”. Diversas são as condições apresentadas para que essa afirmação seja verdadeira.

Diferentemente das ocorrências do operador condicional *quando* nas linhas 13 e 17, nesse parágrafo não se evidencia a veracidade das sentenças, mas sim o quanto são hipotéticas as situações que as orações apresentam. Essa ideia é reforçada pelo uso do verbo *ser* no Futuro do Pretérito do Indicativo na oração principal (*seria*, linha 19) e pelo fato de os verbos das condicionais estarem no Imperfeito do Subjuntivo: *tivesse vivido* (linha 20), *estivessem ameaçando* (linha 22), *pussem* (linha 24) e *fosse banida* (linha 25).

Todas as hipóteses levantadas exigem, mais uma vez, conhecimento de mundo do leitor para que ele possa compreender a ironia implícita no período e fazer

as inferências necessárias para construir a coerência do trecho. Há muitas referências externas que o leitor precisa conhecer para conseguir acompanhar a argumentação construída pelo enunciador.

Também é importante notar que todas as condicionais desse parágrafo constituem o primeiro polo da contrajunção que será estabelecida pelo operador *contudo* na linha 26.

DO JEITO QUE (linha 26)

Esse operador indica modo e funciona em conjunto com o operador *contudo* (linha 26) para negar as hipóteses levantadas nas orações anteriores e evidenciar que a realidade não corresponde ao que foi exposto nas condicionais.

CONTUDO (linha 26)

O operador *contudo* estabelece uma contrajunção entre as informações explicitadas no parágrafo até então e o neoconservadorismo. Desse modo, é possível associar as hipóteses levantadas nas condicionais aos ideais e intelectuais de esquerda (e, conseqüentemente, ao politicamente correto) e o neoconservadorismo ao politicamente incorreto. Para compreender melhor quais ideias são associadas a cada um desses polos, montamos a tabela a seguir.

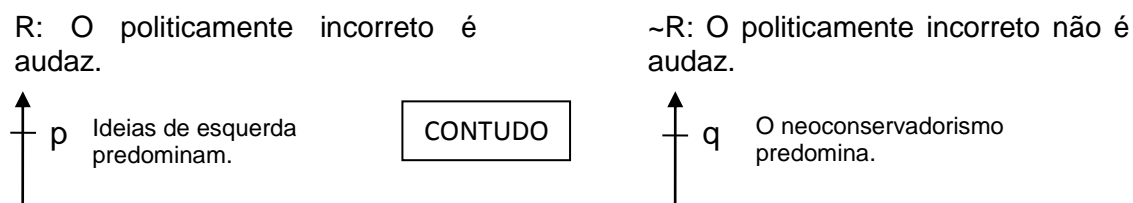
Tabela 2 – Ideias associadas ao politicamente incorreto e ao politicamente correto

Neoconservadorismo (politicamente incorreto)	Ideais e intelectuais de esquerda (politicamente correto)
Ditaduras (Estado Novo e Ditadura Militar)	Antonio Candido e Paulo Freire
Agronegócio	Antropólogos e índios
Globeleza	Feministas e Filosofia (Marilena Chauí e Susan Sontag)
Guitarra elétrica na MPB	Banda de pífanos de Caruaru

Sendo assim, poderíamos parafrasear as ideias contidas na essência da contrajunção da seguinte forma: “O politicamente incorreto (*O sarcasmo dirigido aos intelectuais de esquerda*) seria audaz e iconoclasta se no Brasil predominassem ideias de esquerda, contudo, do jeito que as coisas são, o politicamente incorreto (*neoconservadorismo*) predomina (*faz sucesso, está na moda*) e, portanto, não é audaz”. O terceiro parágrafo como um todo parece ter o objetivo de opor o

neoconservadorismo às ideias de esquerda, o politicamente incorreto ao politicamente correto, corroborando a ideia da tese: “não há ousadia nenhuma em ser politicamente incorreto no Brasil”.

Ao montar uma escala argumentativa, temos:



NÃO PORQUE... MAS PORQUE (linhas 27-28)

Essa construção paralelística tem o *porque* como operador principal, estabelecendo uma relação de explicação no período final do terceiro parágrafo para o fato de o neoconservadorismo fazer sucesso. O operador *mas* que faz parte dessa locução (*mas porque*) não deixa de estabelecer uma contrajunção, evidenciando que o segundo argumento apresentado opõe-se ao primeiro, descartando-o.

Inicialmente, introduz-se uma explicação que é rejeitada (“*não porque* choca a burguesia”) e, em seguida, introduz-se aquela à qual o enunciador vai aderir (“*mas porque* assina embaixo da barbárie vigente”). A opção descartada para o sucesso do neoconservadorismo corresponde ao que ocorre, na verdade, com as ideias de esquerda, pois elas sim são ousadas e chocam a burguesia ao desafiar seus ideais (“cuspir no solo de onde brotam seus nobres valores”). O neoconservadorismo, por sua vez, apoia e legitima (“assina embaixo”) o que é designado como “barbárie vigente”, que podemos entender como sendo a “realidade da pólis” (linha 17), a qual é comparada ao caos e é considerada politicamente incorreta (linha 8). Levando em conta essa linha de raciocínio e a associação de ideias derivada dela, é possível afirmar que o politicamente incorreto é equivalente à barbárie e ao caos.

Desse modo, podemos afirmar que os ideais da burguesia e dos neoconservadores coincidem com o que é considerado politicamente incorreto na realidade brasileira. Portanto, é por esse motivo que o politicamente incorreto faz sucesso, está na moda e não representa nenhum tipo de ousadia.

E (linha 28)

Esse operador estabelece uma relação de conjunção em relação ao período anterior. Ao evidenciar que o neoconservadorismo acha graça da barbárie (“ri dela”), reforça-se a ideia de que seus ideais vão ao encontro das atitudes politicamente incorretas.

TÃO... QUE (linha 29)

O operador *tão...que* estabelece uma relação de causalidade, que se expressa “pela conexão de duas orações, uma das quais encerra a *causa* que acarreta a consequência contida na outra” (KOCH, 2010, p.69). Sendo assim, o fato de o politicamente correto estar entranhado nas relações nos Estados Unidos é a causa de ele ser chamado pelo apelido, PC, o que indica familiaridade e habitualidade.

Essa é a primeira vez que aparece no texto a expressão “politicamente correto”. Desse modo, somente nesse trecho da crônica, em seu último parágrafo, fica explícito para o leitor o significado do título do texto. Uma vez introduzida a expressão, o enunciador brincará com a sigla PC, caminhando para a conclusão de sua argumentação.

ATÉ (linha 30)

Comumente, esse operador estabelece “a hierarquia dos elementos numa escala, assinalando o argumento mais forte para uma conclusão *r*” (KOCH, 2011a, p.102). Embora, nesse caso, não sejam apresentados outros argumentos a fim de formar uma escala argumentativa, o *até* atribui força ao enunciado que introduz, ressaltando o quanto é significativo o fato de a expressão “politicamente correto” ser chamada pelo apelido nos EUA.

AINDA (linha 30)

Assim como o operador *já* (linha 8), o *ainda* também é uma forma adverbial portadora de pressupostos (KOCH, 2011a, p.103). Nessa ocorrência, indica que a relação feita no Brasil entre a sigla “PC” e o “tesoureiro do Collor” já ocorria anteriormente e continua ocorrendo até o momento em que a crônica é escrita.

O fato de “PC” ser um apelido da expressão “politicamente correto” nos Estados Unidos, conforme foi apresentado no início do último parágrafo,

provavelmente não faz parte do conhecimento de mundo da maioria dos leitores do texto. Por isso, o enunciador explicita essa informação, fornecendo um dado novo, enquanto evoca o conhecimento compartilhado que provavelmente acredita existir entre ele e seus leitores: o “tesoureiro do Collor”, conhecido como PC Farias (encurtamento de seu nome, Paulo César) – nome que não é citado no texto justamente porque, possivelmente, o autor espera que essa informação faça parte do conhecimento compartilhado que possui com seus leitores.

A relação feita entre essas informações – o politicamente correto e os acontecimentos que envolveram PC Farias e o ex-presidente Fernando Collor – parece ser muito conveniente para a questão abordada na crônica. PC Farias representa a antítese do politicamente correto, uma vez que estava envolvido em escândalos de corrupção que incluíam desvio de verba pública e era visto como um dos maiores responsáveis pelo processo que levou ao impeachment de Collor em 1992. Este, por sua vez, embora não tenha sido condenado na justiça, foi cassado e perdeu seus direitos políticos por oito anos após o impeachment. Ainda assim, mesmo depois de ter sido destituído de seu cargo de presidente da República com o apoio popular, foi eleito senador por Alagoas em 2006 e reeleito ao cargo em 2014, chegando a participar de diversas comissões no Senado Federal e até mesmo a presidir algumas delas, conforme é citado na crônica.

A alusão a esses fatos não é gratuita, pois pretende reforçar toda a argumentação desenvolvida até então e, mais uma vez, corroborar a tese do primeiro parágrafo: no Brasil, a realidade é politicamente incorreta e, portanto, não há nenhuma ousadia em sê-lo.

ENQUANTO [se] (linha 33)

Assim como em outras ocorrências de operadores tradicionalmente temporais (linhas 13 e 17), nesse trecho o *enquanto* estabelece uma relação de condicionalidade. Além disso, introduz o período que constitui a conclusão do texto, a qual é composta basicamente por expressões populares e metáforas.

Mais uma vez, o conhecimento de mundo do leitor é fundamental para que ele seja capaz de compreender o texto. É preciso saber que “tom varonil” indica bravura, “pegar touro à unha” significa fazer algo extremamente difícil e “chutar cachorro morto” sugere fazer algo que não exige nenhum esforço ou valentia. Também é necessário perceber que, ao longo de todo o texto, a expressão “cuspir no chão” é

recorrente e representa uma atitude que pretende ser ousada e desafiadora em relação à ordem vigente das coisas – podemos afirmar até que seria sinônimo de uma atitude politicamente incorreta. O trecho “em nosso imaginário e nas manchetes” representa a realidade vivida, retomando inclusive os meios de comunicação citados na primeira linha do texto. Por fim, “substituir um PC pelo outro” significa substituir a corrupção e o politicamente incorreto (representadas por PC Farias) pelo politicamente correto (representado pelo PC dos norte-americanos).

Sendo assim, levando em consideração todas essas informações, podemos afirmar que uma paráfrase desse período seria: “Se o politicamente correto não fizer parte da nossa realidade, não haverá ousadia, valentia ou audácia em ser politicamente incorreto no Brasil”. Tal conclusão confirma a tese do texto e finaliza a argumentação.

MAS (linha 35)

Estabelece uma contrajunção para determinar o que constitui um ato de ousadia. Em uma escala argumentativa, temos:

R: É ousado.

~R: Não é ousado.



QUANDO [pois] (linha 35)

Esse operador, que comumente tem valor temporal, nessa ocorrência estabelece uma relação de explicação para esclarecer por que é preciso deixar de lado o tom de valentia ao ser politicamente incorreto no Brasil: porque não exige nenhum esforço (“não faz mais do que chutar cachorro morto”).

MAIS DO QUE [apenas] (linha 36)

Geralmente, esse operador é utilizado para estabelecer comparações. Nessa ocorrência, no entanto, tem valor equivalente a *apenas*, operador que orienta para a negação de uma totalidade (KOCH, 2015a, p.39) e denota a desvalorização da ação de “chutar cachorro morto”, negando a valentia que tal atitude poderia significar.

3.4 Interpretação sob a perspectiva da Análise do Discurso

A crônica estudada insere-se em um período histórico no qual estava em evidência a crise política desencadeada em 2005 pelos escândalos de corrupção do Mensalão. A reeleição de Lula em 2006 (apesar dos escândalos que envolviam seu partido), a crise econômica mundial de 2008 (que parecia não abalar nosso país ou nossos políticos), as alianças de poder estabelecidas entre o então presidente e seus antigos desafetos em 2009 e a consequente desmistificação do Partido dos Trabalhadores⁶ intensificaram o debate sobre a índole dos nossos governantes e sua correção política.

Essas condições de produção proporcionaram o estabelecimento de, no mínimo, duas formações discursivas: uma que adere aos princípios do politicamente correto e outra que vai ao encontro dos ideais considerados politicamente incorretos.

É preciso lembrar que determinada ação ou ideologia só pode ser considerada politicamente correta ou incorreta ao levarmos em consideração a formação discursiva vigente e predominante em uma realidade específica. Isso fica claro no segundo parágrafo da crônica, no qual o enunciador toma como exemplo o ato de cuspir no chão e apresenta duas realidades opostas: a da Dinamarca, país onde predomina a civildade e o politicamente correto, e a do Brasil, onde reina a incivildade e o politicamente incorreto. Conforme demonstramos na análise do operador *agora* (ver página 38), o ato de cuspir no chão é considerado uma atitude ousada ou politicamente incorreta e uma metáfora para contravenção apenas em uma realidade na qual predominam os ideais politicamente corretos.

Após realizar a análise dos operadores argumentativos e identificar a tese da crônica estudada, podemos afirmar que o enunciador parece ter como um de seus objetivos esclarecer qual formação discursiva predomina na realidade em que se insere. No primeiro parágrafo, ao afirmar em sua tese que “não há ousadia nenhuma em ser politicamente incorreto no Brasil, [pois] aqui a realidade já o é”, o enunciador parece estabelecer o politicamente incorreto como a formação discursiva

⁶ Partido que Lula fundou e ao qual pertence ainda hoje. Até surgirem os escândalos de corrupção do Mensalão, o PT era considerado ético e honesto graças ao seu engajamento com as lutas pelas causas sociais e pela democratização.

predominante nas condições de produção apresentadas. No entanto, ele não adere a essa FD. Sua oposição a ela fica clara desde o início do texto, conforme vimos na análise do operador *mas* (ver página 34). Ao não se engajar com o primeiro argumento da contrajunção, o qual é a favor do politicamente incorreto, o enunciador deixa nítida a sua posição ideológica. Também na análise dos operadores *contudo* e *não porque...mas porque* (ver páginas 40 e 41) fica evidente a posição adotada pelo enunciador. Ele adere à formação discursiva do politicamente correto, na qual se manifesta uma formação ideológica alinhada às ideias de esquerda – a associação dos ideais de esquerda à correção política, por sua vez, ficou clara ao analisarmos o operador *ou* (ver página 33). Por fim, no último parágrafo, o enunciador defende a substituição de “um PC pelo outro” (ver análise do operador *enquanto* na página 43), concluindo sua linha argumentativa e confirmando sua posição ideológica.

Tais afirmações acerca das formações discursiva e ideológica do enunciador podem ser feitas graças à análise da posição sócio-histórico-ideológica de onde o sujeito enuncia. Além das condições de produção já mencionadas, textos anteriores do autor possibilitam identificar seu posicionamento ideológico, corroborando nossa interpretação. A crônica “Bar ruim é lindo, bicho”⁷ dá indícios das suas afinidades políticas e intelectuais, uma vez que, nela, ele se define como “meio intelectual, meio de esquerda” – expressão que deu nome ao livro lançado em 2010. Em 2013, Prata foi centro de uma polêmica ao publicar a crônica “Guinada à direita”, na qual utilizou forte ironia para satirizar “o discurso mais raivoso da direita brasileira” (PRATA, 2013b). Mal interpretado pela maioria de seus leitores, incapazes de notar tal recurso expressivo, escreveu em seguida a crônica “Abaixo, a ironia”, na qual explicava ao público o teor irônico de seu texto.

É de acordo com esse cenário que nossa análise foi realizada. É importante lembrar que partimos do princípio de que o sentido e o sujeito são constituídos *no* discurso, “descartando-se uma concepção idealista da noção de subjetividade que aparece como ‘fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação’” (BRANDÃO, 2002, p.76). Além disso, sempre levamos em conta o seguinte:

⁷ Esse texto foi publicado pela primeira vez no site *Blônicas* em 2005; depois, no jornal *O Estado de S. Paulo* em 2008; por fim, no livro *Meio intelectual, meio de esquerda* em 2010.

Quando interagimos através da linguagem [...], temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações (verbais ou não verbais). (KOCH, 2015a, p.29)

Desse modo, a partir da relação entre o discurso e suas condições de produção e considerando que a linguagem é o lugar de constituição da subjetividade, buscamos marcas ideológicas na materialidade linguística da crônica estudada a fim de realizar uma leitura crítica do discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos verificar o funcionamento dos operadores argumentativos em uma crônica, gênero que consideramos não ser primordialmente argumentativo. Percebemos que, segundo a classificação sugerida por Gabriel Junior (2015), “PC” pode ser considerada uma crônica do cotidiano, já que aborda uma característica cultural do povo brasileiro e assuntos vivenciados na vida cotidiana das pessoas.

Ao retomar nossos objetivos, verificamos que foram atingidos com sucesso. Acreditamos ter contribuído com os estudos linguísticos acerca do funcionamento dos operadores argumentativos, especialmente ao escolher o gênero crônica para realizar esse tipo de análise, pois verificamos em nossas pesquisas que a maioria dos estudos nessa área ainda privilegia artigos de opinião, editoriais e peças publicitárias. Percebemos também que a própria escolha da crônica “PC” colaborou para que nossa pesquisa fosse bem-sucedida. O texto proporcionou uma análise rica, já que abordava atitudes politicamente corretas e incorretas e foi escrito por um autor que se autodenomina “meio intelectual, meio de esquerda” em um momento histórico no qual a corrupção dos políticos era o centro das atenções no Brasil.

Em relação aos objetivos específicos:

1) Conseguimos demonstrar que os operadores argumentativos utilizados estabelecem relações que possibilitam a construção dos sentidos do texto. Além disso, vimos que são fundamentais para a constituição da argumentatividade, que se manifesta no texto justamente por meio dessas marcas⁸.

2) Verificamos que os operadores argumentativos empregados possibilitam identificar a posição ideológica do enunciador, pois, como demonstramos, tanto o sentido quanto o sujeito são constituídos no discurso, o qual é governado por formações ideológicas (BRANDÃO, 2004).

Desse modo, fica evidente que, como afirma Koch (2015a, p.65), “a argumentatividade permeia todo o uso da linguagem humana, fazendo-se presente

⁸ Lembramos que há outras marcas, como tempos verbais e modalizadores, que também são responsáveis pela argumentatividade do texto. No entanto, elas não foram alvo de análise neste estudo.

em qualquer tipo de texto e não apenas naqueles tradicionalmente classificados como argumentativos”.

Também consideramos relevante observar que a abordagem comumente utilizada no ensino de língua portuguesa não costuma levar em consideração a perspectiva adotada neste trabalho. Em vez disso, a preocupação é que o aprendiz decore nomenclaturas e classificações sem compreender o real funcionamento dos elementos linguísticos na constituição do discurso e de seus sentidos.

Assim como Koch (2011a, p.107), acreditamos ser essencial notar que:

grande parte da força argumentativa do texto está na dependência dessas marcas e o fato de se tentar minimizar a sua importância pode ser interpretado, até mesmo, como uma postura de caráter ideológico. Queremos ressaltar a necessidade de se conscientizar o usuário da língua do valor argumentativo dessas marcas, para permitir-lhe percebê-las no discurso do outro e utilizá-las, com eficácia, no seu próprio discurso.

Sendo assim, fazemos essas observações na esperança de dar nova luz aos estudos de língua portuguesa. Também ficamos satisfeitos se, por meio deste trabalho, pudermos colaborar para o desenvolvimento da prática leitora individual, incentivando a leitura cada vez mais atenta e comprometida, a fim de que se possa perceber a força argumentativa e a posição ideológica presentes em gêneros diversos. Dessa forma, será possível ir além da ingenuidade corriqueira e ler de forma cada vez mais proficiente, crítica e consciente.

Ressaltamos, por fim, que este estudo não pretende ser definitivo. Entendemos que este trabalho foi apenas um primeiro passo em direção ao universo da Análise do Discurso e que os resultados obtidos abrem perspectivas de pesquisa sobre as diversas marcas linguísticas que contribuem para a construção dos sentidos, do sujeito e de seu posicionamento ideológico nos textos.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. rev. e ampl. 16ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2.ed. rev. Campinas: Unicamp, 2004.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p.13-22.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **A nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. rev. e ampl. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

GABRIEL JUNIOR, Milton. Crônica de notícia e crônica do cotidiano: duas modalidades de um gênero. **Verbum – Cadernos de Pós-Graduação**, n.3, p.91-107, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/14841/11413>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

_____. **A caracterização da crônica publicada em jornal**. 2015. 290f. Tese (Dourado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=18105>. Acesso em: 9 dez. 2015.

KOCH, Ingedore Villaça Koch. A possibilidade de intercâmbio entre Linguística Textual e o ensino de língua materna. **Veredas: revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v.5, n.2, p.85-94, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap073.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. **A coesão textual**. 22.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Argumentação e linguagem**. 13.ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2011b.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 11.ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015b.

KOCH, Ingedore Villaça Koch; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 18.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

LOPES, Paula Cristina. **A crônica (nos jornais): o que foi? o que é?** Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-cronica-lobes.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

OLIVEIRA, Aline Cristina de. Crônica: um gênero menor? Indagações acerca do texto litero-jornalístico. In: COLÓQUIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, 2., 2010, Assis. **Anais eletrônicos**. Assis: Unesp, 2010. p.199-215. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/ColoquioLetras/alinecristina.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

PONTES, Felipe; DORIGATTI, Bruno. **Antonio Prata, o prazer da crônica**. Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Materias/Post/10508>>. Acesso em: 9 dez. 2015.

PORTAL DOS JORNALISTAS. **Antonio Prata**. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=15654>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

PRATA, Antonio. Guinada à direita. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 nov. 2013a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2013/11/1366185-guinada-a-direita.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____. Abaixo, a ironia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2013b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2013/11/1369328-abaixo-a-ironia.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

_____. **Meio intelectual, meio de esquerda**. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Jabuti entre autores e leitores**: bate-papo com Antonio Prata. 16 out. 2015. São Paulo: [s.n], 2015. 107 min. Palestra gravada em suporte eletrônico particular.

SCHERMACK, Keila de Quadros; FREITAS, Ernani Cesar de. A formação discursiva e as condições de produção no discurso vieiriano: uma análise do sermão de Santo Antônio. **Revista MOARA**, n.37, p.45-59, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/viewFile/1347/1783>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

SIMÕES, André de Freitas. A evolução da crônica como gênero nacional. **Estação literária**, v.4, p.49-61, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL4Art5.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. 3.ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Scipione, 1997.

ANEXO A – Crônica “PC”

1 O politicamente incorreto está na moda nos meios de comunicação. (Fora
2 deles, não, **pois** não pode estar na moda o **que** nunca caiu em desuso.) Colunistas,
3 jornalistas e blogueiros enchem o peito **e**, **como se** fossem os paladinos da
4 liberdade de expressão, desancam os movimentos sociais, o feminismo, maio de 68,
5 os quilombolas, os índios **e** tudo mais **que** tiver um ar de correção política **ou** cheire
6 a ideias de esquerda. Tá legal, eu aceito os argumentos, **mas** não levantem as
7 vozes **tanto assim**: não há ousadia nenhuma em ser politicamente incorreto no
8 Brasil; aqui, a realidade **já** o é.

9 Imagine uma escola religiosa na Dinamarca. Flores nas janelas, cheiro de
10 lavanda no ar, vinte alunos loiros, com Cristo no coração e leite A correndo pelas
11 veias, **respondendo** a uma chamada oral sobre o *Pequeno Príncipe*. Ali, o garoto
12 **que** se levantar **e** cuspir no chão será ousado. Mostrará **que**, **a despeito do** aroma
13 de lavanda, o ser humano é áspero, é contraditório, é violento. **Quando** a realidade
14 fica muito Saint-Exupéry, é importante **que** surjam uns Sex Pistols **para** equilibrar.
15 **Agora**, cuspir no chão de uma escola municipal em São Paulo, diante da professora
16 assustada **que** não consegue fazer **com que** os alunos, analfabetos aos dez anos,
17 fiquem quietos, não tem nenhuma valentia. **Quando** a realidade da pólis é o caos, o
18 som e a fúria são a correção política.

19 O sarcasmo dirigido aos intelectuais de esquerda seria audaz e iconoclasta
20 **caso** o Brasil tivesse vivido de 37 a 45 e de 64 a 85 sob as ditaduras de Antonio
21 Candido e Paulo Freire. **Se** antropólogos de pochete e índios com camisa do
22 Flamengo estivessem ameaçando o agronegócio, devastando lavouras de soja **para**
23 plantar urucum e cabaça **para** fazer berimbau. **Se** durante o Carnaval as feministas
24 pusessem no lugar da Globeleza drops de filosofia com Marilena Chauí e Susan
25 Sontag. **Se** a guitarra elétrica fosse banida da MPB pela banda de pífanos de
26 Caruaru. **Do jeito que** as coisas são, **contudo**, o neoconservadorismo faz sucesso
27 **não porque** choca a burguesia, **ao cuspir** no solo de onde brotam seus nobres
28 valores, **mas porque** assina embaixo da barbárie vigente – **e** ri dela.

29 Nos EUA, o politicamente correto está **tão** entranhado nas relações **que** eles
30 **até** o chamam pelo apelido: PC. Aqui, as duas letras **ainda** nos remetem ao
31 tesoureiro do Collor, o ex-presidente **que** caiu após escândalos de corrupção **e**
32 apareceu na capa dos jornais essa semana **depois de** ser eleito **para** chefiar uma

33 comissão no senado. **Enquanto** não substituirmos um PC pelo outro, em nosso
34 imaginário e nas manchetes, quem quiser cuspir no chão pode continuar cuspindo,
35 **mas** deixe de lado esse tom varonil de quem está pegando touro à unha, **quando**
36 não faz **mais do que** chutar cachorro morto.